



MINUTA DA ACTA n.º 29/2010

*Minuta da acta da reunião
extraordinária da Câmara Municipal de
Vila Real de Santo António, realizada no
dia 26 DE NOVEMBRO DE 2010.*

*Aos vinte e seis dias do mês de Novembro de 2010, em Vila Real de Santo António, na Sala de Actos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo Ana Rita de Almeida Costa, Directora do Departamento de Administração e Finanças, compareceram pelas 17.00 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Manuel Lopes Rodrigues, Francisco José Cristo da Palma, Silvia Duro Lopes Gomes Madeira, e, Ricardo José Madeira Cipriano** em substituição de **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 63.º da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

FALTAS: - Verificou-se a ausência da Sra. Vereadora **Jovita de Fátima Romano Ladeira** por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respectivas faltas.

2 12.4

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se as presenças dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **PLANO DE CÉRCEAS – FREGUESIA DE MONTE GORDO;**
2. **ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS SITOS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO, CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
3. **PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA.**

PLANO DE CÉRCEAS – FREGUESIA DE MONTE GORDO

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Ricardo Cipriano, aprovar a Proposta do Sr. Vice - Presidente, no sentido de ser aprovada.

= O PS entregou declaração de voto, a qual se anexa a esta minuta.

ALIENAÇÃO DE PRÉDIOS SITOS NA FREGUESIA DE MONTE GORDO, CONCELHO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Ricardo Cipriano, aprovar a Proposta do Sr. Vice - Presidente, no sentido de ser aprovada.

PROPOSTA DO PARTIDO SOCIALISTA

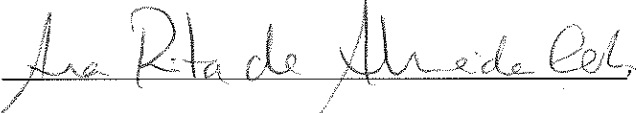
A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta apresentada pelo Partido Socialista, a qual se anexa a esta minuta, com introdução do seguinte ponto:

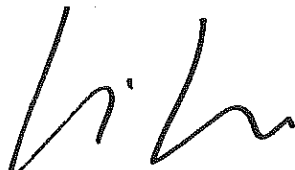
“Sugerir ao Governo e órgãos desconcentrados que elaborem o documento em causa”.

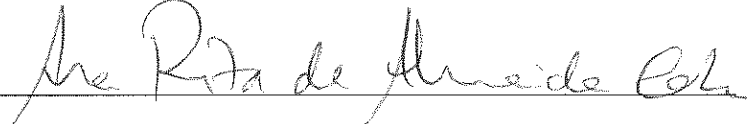
ACTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade, dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 17.30 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu , Directora do Departamento de Administração e Finanças, a redigi, subscrevo e assino.







122
Cml.

PARTIDO SOCIALISTA

Secção de Vila Real de Santo António

Declaração de Voto

O Partido Socialista votou contra a proposta de alienação dos prédios objecto da presente proposta com a seguinte motivação:

Ainda que, face às dificuldades económicas vividas pela Autarquia de Vila Real de Santo António fruto de uma política despesista do executivo do PSD, se ter tornado inevitável o recurso à alienação de património municipal, não se nos afigura correcto o procedimento de alienação de imóveis a retalho e, em função das dificuldades de tesouraria.

Somos sim favoráveis à criação de um documento de responsabilidade geracional onde sejam reflectidos todos os encargos financeiros da autarquia, devidamente acompanhada de um estudo detalhado da forma da sua amortização, discriminando e calendarizando a eventual necessidade de alienação de património imobiliário da autarquia para o efeito.

Em particular no que respeita ao Prédio Urbano n.º 1994/2010 de Registo Predial, com a área de 5279,70 m², sito na freguesia de Monte Gordo, entendemos que a classificação do uso do mesmo para habitação e comércio não se afirma prioritário na medida em

que apenas fomentará o aumento de 2ª habitação e não potenciará a médio e longo prazo o crescimento económico e o emprego.

Tendo em conta a sua localização e dimensão, julgamos que o mesmo deverá ser destinado à instalação de unidades hoteleiras de qualidade que, estas sim, fomentem durante todo o ano o crescimento económico e, em particular, o emprego a curto, médio e longo prazo.

No que respeita aos prédios n.º e com a área de 361,72 m² e n.º 2012/20100429 ambos da freguesia de Monte Gordo, entendemos que a área de construção prevista para os mesmos, bem como a altimetria que se prevê, não cumprem nem respeitam os considerandos da proposta, concretamente o incremento dos índices da qualidade de vida dos munícipes, em particular aqueles que confinam com os referidos terrenos.

Por outro lado, não é justificável à luz dos considerandos apresentados, que um dos prédios objecto da presente proposta tenha sido muito recentemente objecto de uma requalificação paisagística, tendo-se tornado numa zona de lazer, com mobiliário urbano e árvores, com pouco mais de um ano e que agora fruto da especulação e da pressão urbanística seja transformado num prédio com pelo menos 4 andares.



AR

Não obstante, sabendo o Partido Socialista que o Executivo do PSD detêm a maioria absoluta neste concelho, não sendo, atendidas nem consideradas as propostas do PS, gostaríamos sugerir e alertar para a necessidade de serem assegurados e salvaguardados os direitos de acesso dos habitantes dos prédios confinantes a poente, os quais existem à mais de 25 anos.


Os munícipes que ali residem à mais de 30 anos e que ali se estabeleceram com bastantes dificuldades e sacrifício devem merecer o nosso respeito e a salvaguarda dos seus direitos .

Vila Real de Santo António, 26 de Novembro de 2010

O Vereador

Ricardo Cipriano






Aprovado em reunião
de 26.11.10
Unanidade.
Extraordinária

Proposta

Considerando que:

- O Orçamento e Plano de Actividades 2011 são dois documentos que concretizam as opções políticas e orientam e definem as estratégias da vida do Município;
- O desempenho de funções autárquicas é uma das mais nobres e exigentes tarefas de qualquer comunidade política quando aplicadas com elevação e isenção;
- O exercício da Gestão Autárquica é um serviço público por isso exige uma atitude de rigor e responsabilidade;
- O serviço público — o exercício de poderes em nome do povo — implica deveres, responsabilidades exigências e até sacrifícios de que todos devem estar (e estarão decerto) conscientes;
- A ideia de serviço público enuncia e contém em si o princípio do serviço ao cidadão e à sua dignidade como pessoa;
- O exercício de cargos autárquicos exige mulheres e homens com vocação, competência e vontade de servir, com uma aguda consciência do múnus público em que são investidos e exigente no conteúdo deontológico dos seus procedimentos;
- Aos actores em democracia, configura-se-lhe o dever ético, cívico, político, diria mesmo, constitucional — o de garantir a cada nova geração a possibilidade de decidir, por direito próprio, do seu próprio destino;

- 
- 
- “Garantir a cada nova geração a possibilidade de definir do seu próprio destino” é Responsabilidade Geracional. Este princípio transporta diferentes valências sendo uma delas a gestão dos compromissos financeiros e da dívida pública;

Neste preciso enquadramento — com a consciência de que se projecta sobre os políticos portugueses uma responsabilidade geracional — o PS **propõe** que:

- O executivo PSD da Câmara Municipal de VRSA apresente concomitantemente com o Orçamento e o Plano de Actividades para 2011 um **Documento de Responsabilidade Geracional** onde exponha todas as responsabilidades e compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo, da Câmara Municipal e da Empresa Municipal (SGU) e prospectiva de impacto que têm no quadro orçamental do Município.

Vila Real de Santo António, 19 de Novembro de 2010

A Vereadora

Jovita Ladeira